



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

RELATÓRIO DE ANÁLISE

CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SEGMENTOS ECONÔMICOS

Elaboração técnica:

Bruno Anselmo Bandeira
Auditor Público Externo

Cuiabá-MT, 02 de abril de 2025.





PROCESSO	192.114-2/2024
ASSUNTO	AUDITORIA
PRINCIPAL	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATOR	CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
AUDITOR	BRUNO ANSELMO BANDEIRA

RELATÓRIO DE ANÁLISE

1. INTRODUÇÃO

No mês de dezembro de 2024 a equipe de auditoria, liderada pelo Conselheiro Relator, realizou reuniões com as entidades representativas dos principais setores econômicos do estado que possuem interesse no assunto da auditoria – política de incentivos fiscais – tendo por objetivo conhecer a visão dessas entidades sobre a política de incentivos fiscais promovida pelo Estado e identificar oportunidades de melhoria que possam ser implementadas na atual política, conforme agenda a seguir:

- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato): reunião realizada no dia 03/12/2024, na sede da Famato;
- Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt): reunião realizada no dia 04/12/2024, na sede da Fiemt;
- Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja MT): reunião realizada no dia 04/12/2024, na sede da Aprosoja MT;
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT): reunião realizada no dia 06/12/2024, na sede da Fecomércio MT.

Nas reuniões foi acordado o encaminhamento pelas entidades consultadas de documento contendo a visão dessas entidades sobre a política de incentivos fiscais do Estado e as respectivas propostas de melhorias.





Registra-se que até a conclusão deste relatório apenas a Famato (Doc 592873/2025) e a Aprosoja-MT (Doc 592865/2025) encaminharam documento formal contendo as respectivas manifestações e propostas de melhoria.

Posto isto, este relatório tem por objetivo sintetizar as principais propostas apresentadas por essas entidades para melhoria da política de incentivo fiscal do Estado, para que sejam submetidas à avaliação do Governo do Estado quanto à conveniência e oportunidade de implementação.

2. ANÁLISE

2.1. Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato)

Principais Problemas Identificados:

a) Desigualdade na Distribuição dos Incentivos Fiscais

- O documento aponta que os setores da indústria e do comércio são os maiores beneficiários da política de incentivos fiscais, enquanto os produtores rurais são os menos contemplados.
- Essa concentração de benefícios compromete a competitividade dos pequenos e médios produtores agropecuários, dificultando seu acesso a incentivos que poderiam impulsionar suas atividades e garantir maior produtividade e desenvolvimento econômico.

b) Falta de Estímulo Direto ao Produtor

- Diferentemente do modelo adotado pelo estado vizinho de Mato Grosso do Sul (PROAPE AVES), Mato Grosso não possui um programa consolidado de repasse financeiro direto ao produtor.





- Essa ausência cria um desequilíbrio competitivo, principalmente para setores com margens de lucro reduzidas, que poderiam se beneficiar de incentivos financeiros diretos para ampliar sua produção.

c) Ineficiência na Alocação da Renúncia Fiscal

- O documento sugere que a distribuição das renúncias fiscais pode ser aprimorada para fortalecer de forma mais equitativa diferentes setores produtivos, especialmente aqueles ligados ao agronegócio.
- Atualmente, há uma concentração excessiva da renúncia fiscal em determinados segmentos, limitando o impacto positivo que poderia ser alcançado se os recursos fossem redistribuídos de maneira mais estratégica.

d) Ausência de Mecanismos para Adaptação da Renúncia Fiscal a Eventos Naturais

- O documento destaca a necessidade de flexibilizar a política de renúncia fiscal para permitir sua adaptação a situações de crise, como secas, enchentes e outras condições climáticas adversas que impactam a produção agropecuária.
- Sem essa adaptação, os produtores enfrentam dificuldades adicionais, sem um suporte fiscal que os ajude a manter suas operações em momentos críticos.

e) Ineficiência dos Mecanismos de Monitoramento e Avaliação dos Resultados Gerados

- O documento afirma que a ausência de indicadores detalhados por setor produtivo dificulta a identificação precisa dos segmentos que mais maximizam o retorno econômico e social dos incentivos fiscais.
- Essa lacuna sugere a importância de uma política de incentivo fiscal mais transparente e baseada em métricas claras de desempenho.





Propostas de Melhoria

a) Maior Equilíbrio na Distribuição dos Incentivos Fiscais

- O documento sugere uma revisão das prioridades fiscais, garantindo que setores estratégicos, como a agropecuária, tenham um suporte mais significativo.
- A redistribuição das renúncias fiscais pode contribuir para um crescimento mais equilibrado e sustentável da economia estadual.

b) Ampliação dos Programas de Incentivos Fiscais para Novos Segmentos do Agronegócio

- Propõe a ampliação do programa de incentivos fiscais para **novas cadeias produtivas**, aproveitando o potencial do Estado como um dos principais polos do agronegócio no Brasil.
- Entre as cadeias que poderiam ser incentivadas, destaca as culturas do **café** e do **cacau**, cuja produção pode ser expandida tanto para consumo interno quanto para exportação.
- Também destaca que atividades como a **ovinocultura** e a **apicultura** apresentam grande potencial de crescimento e poderiam se beneficiar de incentivos fiscais específicos para estimular o aumento da produção e da comercialização.

c) Implementação de um Programa de Estímulo Financeiro Direto ao Produtor

- Inspirado no PROAPE Aves de Mato Grosso do Sul, o documento propõe um modelo em que parte dos incentivos fiscais do ICMS concedidos ao setor da indústria do agronegócio seja diretamente repassado aos produtores rurais.
- Esse mecanismo garantiria maior liquidez, previsibilidade financeira e reinvestimento na produção, reduzindo impactos negativos da carga tributária sobre os custos operacionais.





d) Adaptação da Renúncia Fiscal a Eventos Naturais

- O documento recomenda a criação de um mecanismo que permita ajustar temporariamente os incentivos fiscais em resposta a desastres naturais e oscilações climáticas.
- Isso garantiria que produtores afetados por eventos adversos recebessem suporte fiscal adequado para mitigar perdas e manter a produção ativa.

e) Desburocratização do Processo de Adesão pelos Produtores Rurais

- Para facilitar o acesso dos produtores aos benefícios fiscais, o documento sugere a simplificação dos procedimentos burocráticos.
- Sugere que utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como condição para adesão aos programas de incentivos fiscais, embora seja essencial para o controle ambiental e a segurança, jurídica, pode ser um obstáculo para muitos produtores rurais.
- Propõe a flexibilização dessa exigência acompanhada da implementação de tecnologias que agilizem a inscrição e a obtenção dos benefícios fiscais pelos produtores rurais.

f) Maior Transparência nos Resultados da Política de Incentivo Fiscal

- Para determinar a eficiência e viabilizar melhores estratégias na distribuição e no impacto das renúncias fiscais, defende que é fundamental investir em sistemas de coleta e análise de dados mais precisos e integrados.
- Sugere a implementação de plataformas que cruzem informações fiscais com o objetivo de monitorar e avaliar os resultados desses incentivos de forma contínua.
- Propõe a adoção de indicadores de desempenho específicos para cada setor com o objetivo de mensurar o retorno e eficácia econômica





das renúncias, fornecendo subsídios para ajustes mais efetivos nas políticas fiscais do estado.

2.2. Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja MT)

Principais Problemas Identificados:

a) Déficit da Capacidade de Armazenagem dos Grãos Produzidos

- Embora seja o Estado com a maior capacidade de armazenagem de grãos do país em valor absoluto, em termos relativos Mato Grosso tem a capacidade de armazenar apenas 58,71% dos seus grãos produzidos, estando bem abaixo da capacidade dos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, cuja capacidade de armazenagem é acima de 90%.
- A baixa capacidade de armazenagem dificulta a padronização da qualidade dos grãos, a logística e o poder de negociação para os produtores rurais.
- Uma das causas para essa situação é o alto custo para a implementação de um armazém pelos pequenos e médios produtores rurais, sendo que parte desses custos está relacionada aos impostos incidentes sobre o projeto de implementação do armazém.

b) Baixo Índice de Área Irrigada

- Entre os Estados com mais de 6 milhões de hectares destinados à produção agrícola, Mato Grosso possuí a menor participação de área irrigada, com apenas 1% de sua área agrícola total. Em contraste, o estado de São Paulo apresenta 35% de sua área agrícola irrigada.





- Uma das causas para essa situação é o alto custo para a implementação de projetos de irrigação de áreas agrícolas, sendo que parte desses custos está relacionada aos impostos incidentes.

c) Manutenção das Estradas de Mato Grosso

- Os dados da Sinfra-MT mostram que 75% das rodovias em Mato Grosso não são pavimentadas, chegando a um somatório de 20 mil quilômetros, sem considerar as rodovias federais e municipais.
- O fim do repasse do Fethab Diesel apresenta um cenário preocupante para os municípios de Mato Grosso, pois 50% dos valores repassados eram utilizados para a manutenção de rodovias estaduais não pavimentadas, construção e manutenção de rodovias municipais, assim como aquisição de equipamentos e maquinários.
- A falta de manutenção dessas rodovias causa um impacto muito grande na infraestrutura e na logística da produção de soja, onerando os custos do produtor rural ou até inviabilizando a produção e escoamento dos grãos.
- Tais rodovias também são utilizadas para o transporte de alunos e de moradores da zona rural, impactando no acesso a serviços sociais como saúde e educação.

Propostas de Melhoria

a) Incentivar Projetos de Implementação de Armazéns de Grãos

- Concepção de incentivo fiscal (crédito presumido de ICMS) nos projetos de implementação de armazéns de grãos, tendo por objetivo incentivar tais projetos de forma a dobrar a capacidade de armazenamento do estado de Mato Grosso.
- A redistribuição das renúncias fiscais pode contribuir para um crescimento mais equilibrado e sustentável da economia estadual.





b) Incentivar Projetos de Irrigação de Áreas Agrícolas

- Conceção de incentivo fiscal nos projetos de implementação de irrigação de áreas agrícolas, tendo por objetivo alcançar um índice de 35% da área de soja irrigada.
- A irrigação das áreas agrícolas importará numa maior produtividade e, consequentemente, com impacto positivo no desenvolvimento econômico e no aumento da receita do Estado.

c) Incentivar a Aquisição de Maquinários da Linha Amarela

- Conceção de incentivos fiscais para a aquisição de maquinários da linha amarela (construção civil) para que os municípios, associações municipais de produtores e os produtores rurais individualmente consigam promover a manutenção das rodovias não pavimentadas.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que a implementação das medidas sugeridas pela Aprosoja-MT e pela Famato importam na concessão de renúncia fiscal com possível impacto fiscal e nas respectivas cadeias produtivas, sugere-se recomendar ao Governo do Estado que promova a avaliação técnica para implementação dessas medidas, informando, posteriormente, este Tribunal de Contas, o resultado dos estudos promovidos.

É o relatório técnico que se submete à consideração superior.

Segunda Secretaria de Controle Externo, em Cuiabá-MT, 02/04/2025.

Bruno Anselmo Bandeira
Auditor Público Externo

